

DESPERDÍCIO

GDF deverá assinar um novo contrato emergencial com empresa que há sete anos faz a limpeza urbana de forma precária. Para o Ministério Público, trata-se de um esquema criminoso

Mais dinheiro no lixo

ANA MARIA CAMPOS

DA EQUIPE DO CORREIO

Nos próximos dias, ou a população do Distrito Federal vai acordar com o lixo na porta de casa ou haverá um novo contrato emergencial em valores milionários, feito sem licitação, entre a Belacap e a Qualix. A segunda opção, a mais provável, representa um drile na legislação que se repete há sete anos na capital do país. Com a justificativa de evitar um caos no sistema de limpeza urbana, o governo local deverá contratar mais uma vez — a quinta consecutiva — uma empresa acusada pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) de ser a beneficiária de um esquema criminoso, um caso de polícia. A estimativa é de que sejam repassados do Erário pelo menos R\$ 50 milhões para mais seis meses de operação.

Para justificar a medida, o governo do Distrito Federal sustenta não ter alternativa. A Justiça e o TCDF suspendem — por indícios de irregularidades e direcionamento — o edital de licitação que escolheria uma nova empresa responsável pelo sistema de varrição, coleta e tratamento do lixo de Brasília, mais de duas mil toneladas por dia, um negócio de mais de R\$ 1 bilhão para os próximos cinco anos. Sem possibilidade de fazer uma concorrência pública, a Belacap não teria outro caminho a não ser prorrogar o contrato.

Para o Ministério Público, no entanto, isso não passa de um labirinto criado pela própria autarquia, supostamente

encarregada de fiscalizar os serviços de limpeza urbana, para manter nas mãos da Qualix um negócio que já custou aos cofres públicos R\$ 719,8 milhões desde setembro de 2000. Motivo: o edital, suspenso no início do ano contém os mesmos vícios da licitação anterior, realizada há seis anos, que foi anulada em decisão da 4ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em julgamento de novembro do ano passado. Os desembargadores entenderam que a concorrência foi feita como uma luva para beneficiar a Qualix, então denominada Enterpa Ambiental, já que o edital preparado pela Belacap continha exigências que só a empresa, ou outra do mesmo porte, poderiam cumprir.

Os principais pontos atacados pela Justiça foram a vedação de formação de consórcios entre diversas firmas, a exigência de atestados técnicos muito específicos e, principalmente, a impossibilidade de divisão dos serviços entre empresas interessadas, critérios que facilitariam a concorrência sem comprometer a eficiência.

Essas cláusulas consideradas irregulares pela Justiça vêm sendo contestadas pelo Ministério Público desde o ano 2000. Mesmo assim, foram ignoradas pela Belacap, que insistiu em man-

ter as restrições que beneficiam a Qualix. Na ocasião, a previsão do edital era de pagar R\$ 355 milhões para a vencedora da concorrência por cinco anos de contrato. Nesse período, no entanto, a Belacap desembolsou muito mais. Segundo dados levantados pelo deputado distrital Augusto Carvalho (PPS) no sistema de acompanhamento orçamentário do GDF, a Qualix recebeu, até 2005, R\$ 596,5 milhões.

Duas datas

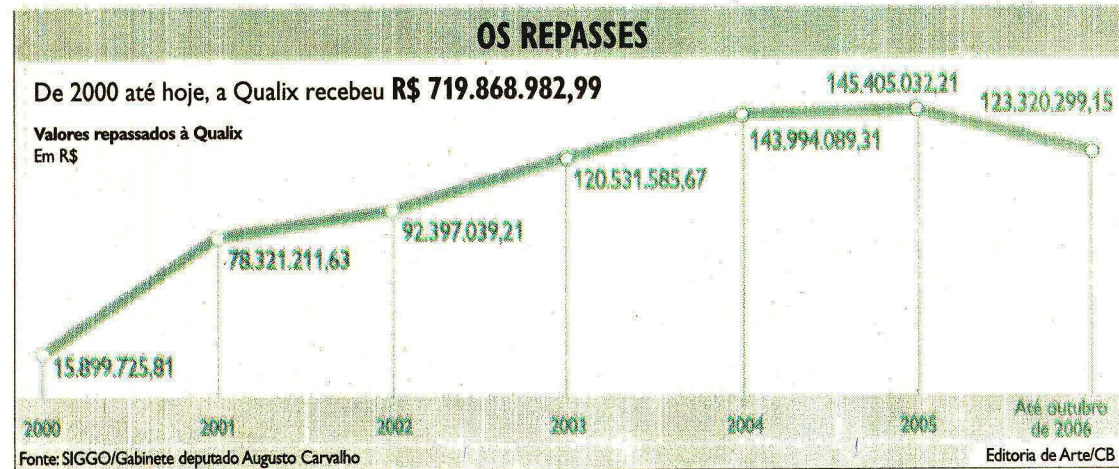
O contrato assinado com a empresa expirou em novembro do ano passado. Para não comprometer os serviços, a autarquia fez, como pretende repetir agora, um termo emergencial, no valor de R\$ 90,3 milhões, para manter o vínculo com a empresa por mais um ano. Mas só em 2006 o repasse já ultrapassou em 30% o valor definido na assinatura do contrato. A Qualix já recebeu até agora R\$ 123,3 milhões, de acordo com dados levantados pelo distrital.

O contrato vence neste mês. Pelas contas do Ministério Público, expira na próxima quinta-feira. O governo, no entanto, avalia que a data é 23 de novembro. Independentemente do prazo, a Belacap já tomou uma decisão. Segundo o secretário de Comunicação do governo, Marcus Vinícius Bucar Nunes, não há tempo hábil para licitação, até porque o

processo está *sub judice*. Será necessário, então, fazer um novo contrato emergencial. Ele afirma que a Belacap ainda não decidiu se contratará novamente a Qualix ou fará uma tomada de preços. Nunes, no entanto, diz que há avaliações técnicas de que não é possível dividir os serviços entre empresas interessadas na contratação emergencial.

Um grupo de empresários de Brasília quer participar da seleção. Há duas semanas, a governadora Maria de Lourdes Abadia recebeu um ofício assinado por representantes de empresas que se uniram num consórcio e esperam ser convidadas. A carta é assinada pelos presidentes da Caenge, da Via Engenharia e da Expresso União Transportadora, que pertence ao empresário Nenê Constantino, proprietário da Gol Transportes Aéreos e de empresas de transporte rodoviário.

O presidente da Caenge, Cássio Aurélio Gonçalves, confirma a formação do consórcio e o interesse pelo negócio. A empresa venceu uma licitação para coleta de lixo em 1997, durante o governo de Cristovam Buarque (1995-1998). Na época, no entanto, os serviços eram divididos em cidades e a Belacap, então denominada Serviços de Limpeza Urbana (SLU), realizava uma parte do trabalho. Os contratos foram rescindidos pela Belacap assim que o engenheiro Luiz Antônio Flores assumiu o comando da autarquia, em 1999. As contratadas eram Caenge, Artec e SPL Construtora e Pavimentadora. “Temos experiência na área e somos empresas de Brasília. Vamos investir na própria cidade”, afirma Gonçalves.



PERSONAGEM DA NOTÍCIA

Suspeito de corrupção e lavagem

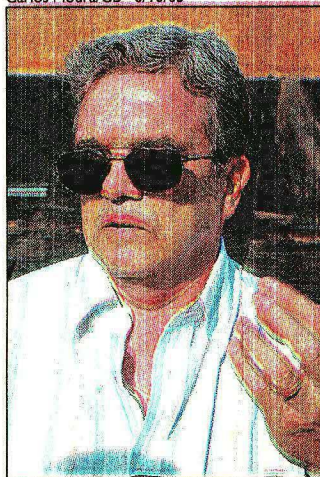
Afastado da direção da Belacap no início do ano pelo Tribunal de Contas do DF sob suspeita de corrupção, o engenheiro civil Luiz Antônio Peres Flores é alvo de quatro ações em que é acusado de lavagem de dinheiro, recebimento de propinas e crime contra a administração pública. Para o Ministério Público, ele é o link entre o governo do DF e a Qualix Ambiental para manter em funcionamento um esquema de enriquecimento ilícito.

Em 2005, Flores teve os sigilos bancário e fiscal quebrados depois que a Receita Federal detectou movimentação financeira incompatível com a renda em suas contas bancárias e na de seus filhos. A Justiça autorizou operação de busca e apreensão, realizada pela Polícia Federal, nas casas de Flores em Brasília e em Goiânia e também na Belacap, quando os investigadores encontraram R\$ 138 mil em espécie, US\$ 8 mil, duas armas e pepitas de ouro. A PF também encontrou procurações que

davam poderes a Flores para negociar e transferir a titularidade de imóveis na cidade goiana de Crixás.

Um documento apreendido chamou a atenção: a cópia do edital da licitação do lixo promovida pela Companhia Municipal de Urbanização de Goiânia (Comurg), que teve como vencedora a empresa Enterpa. O documento era muito semelhante ao edital lançado pela Belacap. As duas comissões de licitação, do DF e de Goiânia, tiveram como integrante Divino Barbosa Cintra, também denunciado por corrupção. Flores assumiu o comando da Belacap em janeiro de 1999 e uma das primeiras medidas foi a extinção do contrato em vigor com três empresas que haviam vencido licitação dois anos antes. No lugar, Flores contratou a Enterpa, depois transformada em Qualix, sem licitação. Flores não foi localizado. O telefone de sua casa em Brasília está programado para não receber chamadas. (AMC)

Carlos Moura/CB - 6/10/05



LUÍZ FLORES: MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA INCOMPATÍVEL

